

Vice-Procurador desmente Ibsen

28 AGO 1991

GLOBO

BRASÍLIA — Apesar de o Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, ter divulgado nota oficial em que diz ter recebido a garantia do Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, de que ele não iria contestar na Justiça o aumento salarial dos parlamentares, o Vice-Procurador Geral da República, Moacir Antonio Machado, confirmou a informação. Segundo ele, Aristides Junqueira está mesmo analisando a legalidade e a constitucionalidade do ato que deu a senadores, deputados e funcionários do Poder Legislativo um reajuste salarial de 64,45 por cento. Moacir Antonio Machado esclareceu, no entanto, que a Procuradoria ainda não concluiu a análise da questão, o que deve acontecer até o final desta semana.

— Nós decidimos analisar o ato porque ficamos com algumas dúvidas com relação ao seu conteúdo e à forma de edição — explicou o Vice-Procurador.

Assim como Aristides Junqueira, Moacir Machado não quis adiantar que pontos estão sendo submetidos à análise da Procuradoria Geral da República. Ele informou, ainda, que o Ministério Público já tem concluído um estudo sobre a constitucionalidade do decreto legislativo que incorporou aos salários dos servidores daquele Poder o reajuste de 37 por cento da Medida Provisória 296.

— Até o final da semana o Procurador Geral, com base no resultado final desses estudos, vai decidir o que fazer — enfatizou Moacir Antonio Machado.